



Fernanda Marinela
Rogério Sanches Cunha

Manual de
**LICITAÇÕES
E CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS**

Conforme

**NOVA LEI DE
LICITAÇÕES**

Lei 14.133/21

2^a
edição

revista
atualizada
ampliada

2022



EDITORA
*Jus***PODIVM**

www.editorajuspodivm.com.br

351.712.2 (81) (099)

M338m

2. ed.

1215594



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Lupe Comunicação e Design (lupecomunicacao@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

M338 Marinela, Fernanda.
Manual de Licitações e Contratos Administrativos / Fernanda Marinela, Rogério Sanches Cunha – 2ª edição – São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.
896 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-3585-0.

1. Direito Público. 2. Direito Administrativo. I. Marinela, Fernanda. II. Cunha, Rogério Sanches. III. Manual de Licitações e Contratos Administrativos.

CDD 341.3

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUPERIOR TRIBUNAL DA JUSTIÇA
BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA

Nº	DATA
1215594	19/08/22

Apresentação

Recebi, com muita alegria, o convite para prefaciar a obra *Licitação e Contratos*, de autoria de Fernanda Marinela e Rogério Sanches Cunha.

Esta obra já nasce, sem dúvida, como uma leitura obrigatória aos profissionais que militam na área do direito administrativo, seja na advocacia ou na academia jurídica, seja na gestão da coisa pública. Isso porque se trata de uma das mais atualizadas obras que analisam o tema já à luz da nova Lei n. 14.133/2021, publicada no dia 1º/4/2021 e que estabeleceu o novo marco legal das licitações e contratações públicas no Brasil.

Depois de quase 30 anos de aplicação da Lei n. 8.666/1993, o Brasil passa a ter uma nova legislação sobre contratações públicas, a qual busca dar respostas às críticas que eram endereçadas à legislação anterior, proveniente dos administradores públicos e de estudiosos do tema, bem como adequar o arcabouço legislativo nacional à nova realidade das relações público-privadas.

O tema tratado pelo livro é fundamental e atualíssimo. As relações jurídicas e econômicas do Poder Público com os particulares estão no centro das discussões políticas dos últimos tempos. A definição do modelo de crescimento econômico do Brasil depende, em grande parte, da existência de ferramentas modernas que regulem a contratação de particulares pelo Poder Público e os termos contratuais possíveis e que permitam parcerias benéficas ao interesse público.

Da mesma forma, o tema de licitações e contratos possui implicações na prevenção e no combate à corrupção administrativa, na medida em que estabelece critérios de *compliance* em atuação preventiva e cria tipos penais na atuação repressiva.

O livro é dividido em três partes, de modo a facilitar a sua compreensão pelo leitor. Na parte 01, são analisados o contexto legislativo da reforma, a licitação, a contratação direta, os contratos administrativos, as irregularidades e sanções, os recursos administrativos, o controle das contratações públicas e a responsabilização civil e administrativa dos agentes públicos. Na parte 02, a obra trata dos crimes em licitações e contratos. Por fim, na parte 03, a obra traz um elucidativo e didático quadro comparativo entre o sistema atual e o revogado.

O livro também tem uma outra qualidade inegável: a conjugação de experiências profissionais relevantes e diversificadas.

A coautora Fernanda Marinela é uma renomada advogada, professora e escritora. Paulista de nascimento e formação, radicou-se em Alagoas no ano 2000 como professora de Direito Administrativo e Constitucional em Maceió. A carreira na advocacia alagoana demonstra todo o seu mérito e pioneirismo. Fernanda foi a primeira mulher a ser eleita Presidente da OAB-Seccional de Alagoas para o triênio 2016/18, e a primeira mulher Conselheira Federal da OAB pelo Estado de Alagoas, em 2012, além de ter sido nomeada presidente da Comissão Especial da Mulher Advogada. Atualmente, exerce a função de Conselheira do CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público. Na academia, foi professora de direito administrativo do Instituto de Ensino Luiz Flávio Gomes (LFG), no curso de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia, além de coordenar o curso de pós-graduação em direito público do LFG. Destaca-se, ainda, na promoção de cursos de capacitação no Supremo Tribunal Federal e no Senado Federal.

O currículo acadêmico e a trajetória profissional da coautora Fernanda Marinela trazem a certeza de que suas considerações sobre a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos são muito densas, com respaldo teórico amplo, mas com total aderência à visão prática do dia a dia da advocacia nessa área do direito.

O coautor Rogério Sanches Cunha é autor de várias obras na área do direito penal e processual penal. Atua como membro do Ministério Público do Estado de São Paulo e é professor de diversas Escolas Superiores do Ministério Público, entre elas São Paulo, Mato Grosso e Santa Catarina. A atuação prática do coautor Rogério tanto na academia como no exercício

de suas funções no Ministério Público paulista demonstra que sua colaboração na análise das questões penais é fundamental para que a obra possa alcançar as altas expectativas dos leitores.

Essa combinação de habilidades técnicas e de experiências profissionais transforma esta obra em leitura imprescindível para os profissionais de direito e dos que militam nas licitações e contratos administrativos.

Por tudo isso, é uma obra recomendada para advogados, membros do Ministério Público, magistrados e gestores públicos em geral.

Os autores estão de parabéns pelo lançamento desta importante obra. A comunidade jurídica agradece.

Boa leitura a todos!

Ministro Humberto Martins

Presidente do Superior Tribunal de Justiça – STJ